



3ª REUNIÃO MISTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2006 ÀS 09 HORAS E 38 MINUTOS.

SEGUE ABAIXO TRANSCRIÇÃO LITERAL:

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a Terceira Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 3/2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do país. Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se à apresentação do roteiro do trabalho. Antes de passar a palavra ao nosso Relator, nós queremos deixar bem claro, por que setores da imprensa têm nos questionado a respeito da definição do salário mínimo, numa confusão de que essa comissão, ela tem o fim específico de definir a política de salário deste ano; o salário mínimo deste ano e essa comissão tem um objetivo muito mais amplo, que é definir uma proposta de salário mínimo definitiva para o país. Então nós poderemos contribuir, de forma bastante objetiva, com as discussões que estão sendo encaminhadas nesse momento. Inclusive ontem fomos contatados pelo Ministério do Trabalho, mas a nossa comissão tem um objetivo mais amplo, mais específico e mais duradouro. Passo a palavra ao Senhor Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, Deputados e Senadores presentes a esta reunião. Eu queria, se me permitissem, em primeiro lugar, dizer que, no meu entendimento, essa comissão, ela vai cumprir um papel histórico. É a primeira vez na história do Parlamento, nesses vinte anos que eu estou aqui, que a gente tem uma comissão mista especial para a formulação de uma política definitiva para o salário mínimo. Eu chego a dizer e quero deixar bem claro nessa introdução, que a minha preocupação maior não é o salário mínimo que nós vamos fixar agora, claro, para 1º de maio, que tem toda uma enge... Está engessado, o orçamento, enfim. Claro que nós vamos tentar influenciar o máximo, também, nesse salário mínimo. Mas o que mais nós queremos, efetivamente, é ter uma política permanente de recuperação do salário mínimo a médio e a longo prazo, para a gente poder dizer que esta comissão, no ano de 2006, cumpriu o seu papel com a história e hoje o país tem uma política permanente de recuperação do salário mínimo sem desconhecer a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Nós temos que enfrentar este debate, até para nós mesmos, de uma vez por todas a gente saber. Bom, a Previdência é deficitária, não é deficitária, é superavitária, têm visões diferentes em todos os governos, no longo desses 20 anos. Este é um debate que não termina. Então nós vamos trazer para cá os interlocutores das mais variadas áreas e vamos ver. Bom, é verdadeiro que, quando dizem que a Previdência é deficitária, é por que eles só computam na... A contribuição de empregado e empregador? E as outras fontes de recursos, onde é que estão? Por quê que estão, ou se não estão, é um caixa único? Qual é o caixa? Bom, vamos, até para nós, eu quero ter essa oportunidade de fazer este debate com a maior franqueza no longo desse ano e oxalá, queira Deus, que a gente consiga lá para setembro, outubro desse ano, dizer: Olha, há uma política definitiva, permanente, que, independente de quem for o governo nos próximos anos, vai se balizar aqui para definir a data adequada ao valor do salário mínimo. Bom, se vai ser maio ou se vai ser março, se vai ser janeiro, isto a comissão, com o debate da sociedade, tenho certeza, haverá de construir. Queria, também, falar uma outra questão que eu acho importante aqui, se me permite o Presidente. A nossa comissão, no primeiro momento, tinha, se não me engano, era oito ou nove. Era oito ou nove? Oito Deputados e oito Senadores. Houve uma pressão para que passássemos para onze. Onze Deputados e onze Senadores. Eu confesso que, quando isso surgiu, eu fiquei preocupado. Amplia muito para não funcionar. Por quê? Por que daí não tem quorum e não funciona. Então

nós vamos cobrar de nós mesmos, eu quero que cobrem, inclusive de mim; Deputado e Senador que se inscreveu nessa comissão e que não estiver aqui, claro que não é o caso de hoje, bem claro isso, que eu não estou fazendo nenhuma crítica, porventura, a alguns Deputados e Senadores que... Inclusive, eu quero aqui justificar o caso do Barelli, como eu tenho compromisso... Já chegou? Felizmente já chegou, talvez ele não pudesse participar, mas se chegou, melhor, ele pedia que se marcasse para amanhã e, como eu tenho um compromisso inadiável amanhã de manhã, eu digo: Olha Barelli, eu estou numa situação difícil e, então, vai ter que ser na quarta. Daí combinamos e, felizmente, ele conseguiu chegar. Eu quero dizer que nós... Eu gostaria que, se vocês estão me entendendo, que nós fizéssemos uma cobrança positiva a nós mesmos e podem cobrar de mim, da importância de assegurarmos o quorum, por que a gente sabe que, a experiência mostra, que algumas comissões, infelizmente, elas não funcionam por falta de quorum e essa comissão, para mim, tem tudo para funcionar, sei que os Deputados e Senadores se inscreveram aqui querem, efetivamente, fazer que aconteça uma política de recuperação do salário mínimo. Então é importante, já que ampliou o quorum, que a gente tenha aqui sempre presente, no mínimo, o correspondente a poder abrir a sessão e deliberar, por que eu, por exemplo, eu não faço parte de muitas comissões aqui no Senado. Por quê? Por que eu não vou fazer parte, titular, de comissões que eu não possa estar lá para dar meu voto no momento adequado. Então eu faço essa preliminar e deixar bem claro, não tem nada a ver com a reunião de hoje, que eu sei que os Deputados e Senadores virão, por que vamos tentar, na reunião de hoje, estabelecer um organograma de trabalho, pelo menos para as próximas semanas, ou, pelo menos, para os primeiros dois meses. E, nesse aspecto, eu solicitei à assessoria, não fui eu nem que fiz, fui bem claro para vocês, a assessoria, aqui do Senado, com algumas contribuições dadas, claro, pelo Presidente, pelo Relator, porque estávamos, aqui, no dia que eles reuniram e sugerimos algumas questões que, entendemos, que esse, essa idéia de como é que vamos trabalhar, só será concretizada mediante a posição de todos os senhores e senhoras presentes nessa reunião. Em resumo, depois nós podemos, até, dar uma cópia para vocês do trabalho feito pela assessoria do Senado, eles tentaram fazer um pequeno histórico dessa realidade do salário mínimo, aqui eles colocam, eu achei até bom porque, sem citar nome de ninguém, mas pelo número, a série de projetos que nós temos na Câmara e no Senado, que deve ser em torno de vinte a trinta mais ou menos, eu estou vendo aqui, são três páginas de projetos que estão circulando nas duas Casas, uma página, duas páginas, três páginas, quatro páginas, cinco páginas, seis páginas. Então deve ter, no mínimo, trinta projetos que estão circulando nas duas Casas com esse objetivo, fixar o valor do salário mínimo e uma política de recuperação, como também da situação dos aposentados e pensionistas. Mas, para abrir já para o plenário, o eixo da proposta aqui apresentada seria o seguinte: Eles dividiram o país em cinco regiões: Região norte, aqui eles citam Manaus, vejam que não tem aqui a nossa mão, por que, se não tivesse aqui, as nossas cidades... Não está Canoas nem está Porto Alegre, por exemplo, e nem a cidade do nosso Presidente. Região norte: teríamos um grande encontro para debater o salário mínimo em Manaus, região nordeste seria em Salvador, eles botaram pelo número de habitantes, Manaus um milhão e setecentos mil habitantes, estou arredondando aqui, Salvador, dois milhões e setecentos. Região sudeste, São Paulo, dez milhões e novecentos mil habitantes. Depois botaram, na região sul, eles botam Curitiba, com um milhão e oitocentos mil habitantes. Então essa foi a proposta primeira que a assessoria lançou, para a gente ter uma visão da situação do salário mínimo nessas cinco regiões. Primeira proposta. Segunda proposta seria além, isso claro, seriam audiências públicas nesses locais, onde nós chamaríamos empregados, empregadores e representantes também dos municípios, o próprio representante do Governador do Estado e também dos aposentados e pensionistas. Essa é a lógica. Segunda questão que já tem, inclusive, alguns requerimentos sobre a Mesa, é claro que o Presidente depois vai falar sobre isso. É nós iniciarmos com algumas audiências públicas aqui na comissão, de imediato, para mim o mais rápido possível. Então foram lembradas, naturalmente, as centrais sindicais e, naturalmente, entendimento aí, por que nós não vamos entrar nesta divisão que existe, naturalmente, no movimento sindical entre centrais e confederações. Para mim nós temos que ouvir a todo mundo, se pode vir aqui um bloco num dia, um bloco no outro dia. Então centrais sindicais e um representante do bloco das confederações. Em tese seria isso, os aposentados e

pensionistas também seriam ouvidos, então, só levantando o quadro aqui. Representante dos trabalhadores. Eu, por exemplo... E ele é gaúcho inclusive, aquele senhor que coordena, o Tarcísio talvez ajude a lembrar, essa Associação Nacional dos Prefeitos, que ele é muito contra a elevação do salário mínimo, Ziulkoski... Como é que é? Até para pronunciar... Isso, Paulo, eu sei que ele é muito contra. Eu acho que tem que convidar ele. Eu tenho a opção, claro, antagônica à dele, mas não acho problema nenhum dele ser convidado e vir dizer por quê que ele acha que não deve se elevar o salário mínimo nem para trezentos e cinquenta reais. O Paulo, e ele assume isso publicamente, não há problema nenhum e ele vai gostar de vir aqui e ainda vai fazer a defesa dele. Ele é Prefeito de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, se não me engano. Mariana Pimentel. Então chamá-lo aqui também, porque trezentos reais ele já era contra, quando falaram em mais de trezentos ele foi radicalmente contra. Bom, ele que venha aqui para expor o seu ponto de vista. Eu quero apenas, ao citar o nome dele, não é nem uma forma depreciativa, porque ele assume a posição dele e é bom que cada um assuma os seus argumentos e venha aqui e coloque. Naturalmente, aí vamos discutir a agenda, hoje o Ministro do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento, da Previdência, com certeza absoluta também serão chamados para depor aqui na comissão. Aí teríamos que discutir qual a ordem, quem nós aqui entendemos que deve ser chamado primeiro, as agendas fora de Brasília, quais as datas que nós podemos, que nós temos a trabalhar com a agenda, a intenção é fazer belas agendas fora de Brasília. Surgiu, também, a idéia da OIT. Eu disse que a OIT tem dois caminhos. A OIT ela tem uma sucursal aqui em Brasília. Nós podemos ir à OIT, aqui em Brasília, ou convidar a OIT para vir aqui, também, para fazer um debate sobre a situação do salário mínimo no mundo. E a OIT, para mim, seria um órgão que ajudaria muito para nós irmos balizando, aí também, essa visão da recuperação do valor do salário mínimo nos moldes que nós sonhamos. Mas, em linhas gerais, é isso, não tem muito que inventar aqui. E, de imediato, eu passo a palavra ao Presidente, que, naturalmente, vai presidir e vai dialogar com o plenário e eu vou interagindo junto. Eu queria que a gente construísse este plano que não tem como inventar muito. É ouvir muito e construir, se possível, até o fim do ano, aquilo que seria um relatório com projeto de lei, nós apresentarmos ao Congresso Nacional uma lei para ser aprovada. Ouvindo, inclusive, só para um dado eu quero lembrar, eu sei que existe no Executivo, também, uma comissão especial, composta pela sociedade, para discutir o salário mínimo. Quem sabe a gente possa, um dia desses, ter uma reunião com eles até para dialogar com eles como é que eles estão vendo também esse quadro. Ponto, passo a palavra ao meu Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos aproveitar aqui a oportunidade e, tendo essa proposta colocada aí pelo nosso Relator, tendo como base o estudo que foi feito pela assessoria aqui do Senado. Eu acho que nós, em termos de sugestão, meu caro Relator, poderíamos estabelecer um roteiro que levasse em conta, em primeiro lugar, ouvir os trabalhadores, as centrais sindicais, ouvir em seguida os empregadores, as confederações do setor patronal do país e, num terceiro plano, ouvir o governo. Eu acho que, nessa linha, poderiam se estabelecer um roteiro de trabalho bastante objetivo. E aproveitar, também, para analisarmos de que forma a comissão, já a partir de agora, poderia também interferir de forma mais direta nessa discussão que ocorre para a definição, não apenas do salário mínimo atual, o salário mínimo deste ano, mas como também a definição do mês. A validade do salário é maio? É a partir de março? É a partir de janeiro? Essa discussão toda que está ocorrendo no país nesse momento que a comissão precisa ter uma participação mais efetiva. Inclusive, levando em conta os documentos apresentados ao país no mês de dezembro, pelas centrais sindicais, quando elas defendem um salário mínimo de quatrocentos reais e nós já ouvimos, através da imprensa, o pensamento do governo e as propostas que estão sendo discutidas. Eu acho que nós precisamos, no âmbito dessa comissão, ter uma participação mais efetiva. Mas eu gostaria, também, de informar que já temos aqui e vou passar estas questões todas para o nosso Relator, o Senador Paulo Paim, para a sua, o seu roteiro de trabalho aí, requerimentos da Deputada Vanessa Grazziotin, PCdoB/AM que vai de encontro ao roteiro estabelecido aí no documento que Vossa Excelência acaba de ler. E eu passo a palavra, nesse momento, ao deputado Betinho Rosado do PFL do Rio Grande do Norte.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Relator, colega Deputado, dentro desse conjunto de pessoas e, de pessoas e de organizações que estão sendo previstos para serem ouvidos, eu gostaria de incluir o segmento universitário. Nós temos um conjunto já muito grande de estudos, de teses feitas por institutos e universidades, professores e nós poderíamos, perfeitamente, nos servir e utilizar essas informações que, com certeza, nos ajudarão a estabelecer esse caminho que nós estamos querendo percorrer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmermann, do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Cumprimentar, Senhor Presidente, Senhor Relator, os parlamentares aqui presentes, assessores, dizer que, de fato, nós temos, talvez, uma oportunidade histórica. Uma oportunidade histórica de, inclusive, contribuir para que o nosso país consiga fazer um reencontro da, digamos assim, de uma estratégia de crescimento econômico, de desenvolvimento, como uma estratégia também de distribuição de renda. E eu penso que o salário mínimo ele tem, evidentemente, não é a toa que a sociedade, hoje, volta, novamente, as suas atenções da forma como tem voltado, as atenções ao tema do salário mínimo. Isso não é um problema de disputa política entre o governo e oposição. É a percepção de que ele é, de fato, um instrumento essencial e insubstituível e é, por isto, inclusive, que também os países mais desenvolvidos voltam a ter preocupação em estabelecer políticas de salário mínimo. Então eu penso que esse roteiro proposto das cinco audiências, macro audiências, é importante porque é fundamental que este debate esteja enriquecido por uma contribuição de, digamos, das diferentes regiões do país. É fundamental que nós possamos ouvir a universidade, os empresários, os trabalhadores, o governo. Mas eu queria propor à consideração do Presidente e do Relator, também, algumas outras preocupações que eu tenho em relação a esse tema. Nós tivemos uma subcomissão, mais uma, sobre esse tema na comissão de trabalho. E, dos debates que nós tivemos, ficou claro de que é necessário que nós tenhamos um esforço para identificar novos parâmetros de valor do salário mínimo. Veja porque acho que ele não é um valor político, ele é, também, um valor político, mas ele tem que ser um valor objetivo também, ele tem que ser um valor... O valor do salário mínimo tem que ter, ele tem que ter um diálogo com as necessidades concretas e a realidade concreta do país. Então eu penso que seria fundamental, não sei se nós temos condições de mobilizar recursos da Câmara e do Senado para a contratação, inclusive, de consultorias. Mas nós precisaríamos voltar a fazer um trabalho equivalente àquele que foi feito antes da fixação do salário mínimo. De 1941 para cá, mudou demais esse país e é normal que ele tenha, ele mudou, mudou a realidade da inserção das famílias no mercado de trabalho. Naquele tempo a mulher não trabalhava. O jovem, ele entrava no mercado de trabalho muito mais tardiamente ou mais cedo, eu não sei, eu não sei em que condições. Mas a verdade é que o grupo familiar tinha muito menos pessoas trabalhando do que tem hoje. A realidade de consumo era diferente, os preços existentes na sociedade eram diferentes. As políticas públicas de suporte ou a falta delas era diferente. Então tudo isto, evidentemente, deve ter informado aquele valor do salário mínimo que hoje, quando é anualizado, o DIEESE diz que é algo da ordem de mil e quinhentos, mil e setecentos, sei lá, que a gente sabe que, bem, que é e seria bom se pudéssemos, mas ele é, rigorosamente falando, inalcançável. Mas a gente não deve deixar um fantasma continuar pairando sobre este debate. Então eu queria propor que nós tivéssemos aí um esforço de articular, para dentro desta comissão especial, o DIEESE, a Fundação Getúlio Vargas, o CESIT da Unicamp, enfim, outros, vários outros organismos de estudo, pesquisa, enfim, que pudessem nos ajudar a identificar, então, os novos parâmetros do valor do salário mínimo que pudessem, inclusive, consolidar uma análise sobre os impactos do salário mínimo nas contas da Previdência, nas contas dos Estados, dos municípios. Quando o Prefeito Paulo Ziulkoski é contra a elevação do salário mínimo ou se posiciona criticamente, ele, na verdade, está dialogando com uma realidade das finanças municipais. Então, mas o quê que é isso, dimensionado? Quanto seria necessário, por exemplo, num fundo de suporte. Porque nós não podemos criar um salário mínimo que quebre os municípios, não podemos, não podemos fazer isso. Mas talvez seja possível. Quanto seria necessário num fundo de suporte para que os pequenos municípios do país

puдessem suportar e não serem freios, não serem freios  elevao do salário mínimo. Nesse país tem recursos para tanta coisa, por quê que não pode ter um fundo que viabilize a elevao do salário mínimo nos pequenos municípios, nos municípios mais pobres do Brasil? Por qu não pode ter isso. Pode. Isso pode ser um instrumento de distribuio de renda. Quanto seria necessário? Dimensionar isto adequadamente. E, também, ter a capacidade de mencionar o impacto do salário mínimo numa estratégia macro econmica de crescimento da economia, de distribuio de renda. Têm divergências pesadas nesse campo. Na subcomissão, por exemplo, houve a participao de técnicos que diziam que o salário mínimo é irrelevante, do ponto de vista da distribuio de renda. É um, vamos dizer assim, é um conceito,  uma opinião, é uma análise. Acho que nós devemos recuperar isso para que nós possamos, efetivamente, oferecer ao país um, mais do que um, digamos assim, um conjunto de expectativas, mas um conjunto de possibilidades. Eu acho que esse é o grande desafio. Então, Senador Paulo Paim, Deputado Jackson Barreto e meu companheiro Valter Barelli, eu penso que, se nós pudéssemos identificar a possibilidade de algum recurso que pudesse se mobilizar, da Câmara e do Senado, para que a gente pudesse, pudesse; sim a CPI tem consultorias. Nós precisamos de consultorias para isso, tem estudos, tem técnicos, tem instituioes que precisam ser mobilizadas para isso. E eu acho que vale, vale para o país valaria muito se a gente pudesse oferecer um sólido conjunto, efetivamente, um sólido conjunto de respostas às angústias e às dvidas que cercam esse debate no nosso país. Na subcomissão eu pude perceber muito mais, assim, a dificuldade, a complexidade desse debate. Não pudemos construir as respostas, acho que aqui nós temos muito mais bala na agulha, temos muito mais possibilidades de oferecer essas respostas que o país, eu acho que angustiadamente, espera da Câmara dos Deputados e do Senado. Então, eu queria propor isto, que a gente também pudesse considerar, além dessas audiências, além destas audiências macro regionais, pudesse considerar a possibilidade de incorporar, formalmente, e, enfim, estas instituioes para que a gente pudesse, inclusive, recomendar, encomendar estudos, encomendar análises que pudessem nos dar determinados parâmetros fundamentais para a definio de uma política de longo prazo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao nosso Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): S para situar o nosso Vice-Presidente, companheiro Barelli, Barelli eu justificava, aqui, que você havia, inclusive, pedido a reunião para quinta e você foi meio que atropelado porque eu na quinta de manhã, como eu tenho compromisso que eu não podia trocar, daí eu fiz um apelo para você e para o Jackson e você disse que faria o possível para chegar e felizmente chegou. Mas nós iniciamos aqui o trabalho, Barelli, para situ-lo e  Vanessa também, a nossa querida Deputada, que está chegando agora também, que... Igualmente para todos nós aqui. Nós apresentamos, de forma resumida, uma proposta construída pela consultoria, que foi enriquecida, já, pelo Deputado que falava, Tarcísio Zimmermann e Betinho Rosado com duas propostas. Aqui resumo, eu diria, que são as audiências públicas com trabalhadores, empresários, aposentados e governo, quando eu digo governo, é o Ministro do Trabalho, Previdência, Planejamento e Fazenda, principalmente, as Universidades, Deputado Rosado colocou, as Universidades, a questão das consultorias, Tarcisio coloca, também, que seria importante termos uma parceria, principalmente DIEESE, Fundao Getúlio Vargas e Unicamp, falamos também de cinco encontros regionais com audiências públicas e eu falava aqui, quase no encerramento da minha fala, de nós dialogarmos, também com a comissão de salário mínimo que já existe no governo.  uma comissão montada com a sociedade, termos um diálogo com eles também construindo estas propostas. Eu continuaria deixando a palavra em aberto aí, nós estamos iniciando o debate, a intenco que, no fim dessa reunião, a gente saia com um organograma, uma proposta de trabalho daqui para frente, só para dizer que, nas cinco regioes propostas, São Paulo está contemplada, o Rio Grande do Sul não está contemplado, meu amigo Barelli, você não estava aqui, mas nós defendemos o seu Estado, aí. Eu, de novo, abro aqui, já, que para que cada um possa colocar o seu ponto de vista e a gente, no final da reunião, tenta alinhar, aí, o quê que seria a proposta de encaminhamento. Senador. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Peço, Presidente, que Vossa Excelência, nosso Relator, todos os companheiros, Deputados e Senadores, que aqui estão. Eu apresentei alguns requerimentos que vão, exatamente, no mesmo sentido que propõe o nosso Relator, de fazer audiências públicas com segmentos da sociedade envolvidos com a questão do salário mínimo, seja o setor de trabalhadores, segmento sindical de trabalhadores, representativos dos trabalhadores ou dos empresários, o governo, como V.Exa. fala, as entidades ligadas à pesquisa, os estudiosos do salário mínimo, enfim. Eu apenas gostaria de sugerir ou de fazer uma ponderação em relação a essas audiências regionais. Acho que elas são fundamentais, porque uma comissão como a nossa não discute o salário mínimo e a recuperação dele de um ano para outro, é uma política, o nosso interesse maior é discutir aqui e elaborar uma proposta de política permanente para o salário mínimo. E, sem dúvida nenhuma, virá a tona e estará sobre a Mesa um debate acerca da regionalização do salário mínimo. Eu tenho uma posição clara e contrária contra isto, acho que o salário mínimo tem que ser nacional. Mas nós temos que enfrentar esse debate, não tenho dúvidas quanto a isto e, este aspecto e essa oportunidade de fazer as discussões nas regiões, ela é uma decisão importante que nós tomaremos aqui. Eu só... A ponderação que eu gostaria de fazer, entretanto, diz respeito à região norte. É a região menos populosa do país, é verdade, mas é a maior região do ponto de vista da sua dimensão territorial e nós temos algumas experiências lá, Deputado Paim, ou Senador Paim, algumas experiências, por que lá nós temos a Amazônia dividida em duas, a ocidental e a oriental porque é uma região muito longe, muito distante, muito grande. Então dificilmente fazendo uma audiência no Pará, por exemplo - -

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É em Manaus.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É Manaus, sim, eu pego o exemplo contrário, fazendo no Pará, dificilmente Acre, Roraima e Amazonas iriam. Fazendo só no Amazonas, dificilmente o Pará, Amapá... Por que lá nós não temos estrada, lá nós só temos o meio de transporte utilizado, tem os rios, é muito demorado a não ser que as pessoas saiam 30 dias antes da audiência para chegar lá e de avião é caro. Então eu não sei se nós teríamos fôlego, acho que nós poderíamos até não deliberar agora, mas deixar esta ponderação. Vamos tentar Manaus. Se não conseguir a mobilização dos estados da Amazônia oriental, que façamos, em seguida, uma nova na região, aí desta vez no Estado do Pará para pegar o Amapá e parte, acho que o Maranhão deverá se integrar a, deverá se integrar ao nordeste. Enfim seria mais ou menos essa ponderação, somente, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Deputado Walter Barelli.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu quero saudar o Presidente, o nosso Relator, Senador Paim, os meus colegas Deputados, Senador Eduardo Azeredo. Eu acredito que essa questão do salário mínimo e essa comissão ela é importante para fazer um projeto de médio prazo do salário mínimo. A discussão do próximo salário mínimo está aí, nós podemos, logicamente, nos manifestar a respeito, mas a comissão é para sair da conjuntura, para ir para uma política de longo prazo com referência à remuneração básica que é o salário mínimo. Bem, eu acredito que o Deputado Tarcisio colocou a busca do início, como Josué de Castro fez todos aqueles inquéritos, que deu a razão essencial mínima, que é a base do salário mínimo e se partia do conhecimento científico da época, seria uma tarefa importantíssima fazê-la de novo, mas também aí, eu acredito que uma das coisas que eu acho que essa comissão ela deve ter um ano de prazo, mais ou menos, para apresentar seus trabalhos, vai pegar um ano difícil por causa da questão eleitoral que aí está, ela não vai poder aguardar a realização de uma pesquisa deste porte. A última pesquisa feita, foi feita pela Fundação Getúlio Vargas, uma pesquisa de padrão de vida que mostra os hábitos alimentares e as demais condições de sustentação da população. Foi divulgada, acho que há questão de um ano, essa pesquisa. Como uma pesquisa domiciliar, que envolve tempo, a gente, ela pode, se, nortear um pouco o nosso caminho. Eu participei como membro do CESIT da Unicamp,

sou professor lá, de um trabalho que foi editado e foi feito tanto pela Unicamp, CESIT como pela CUT, pela ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, pelo PROLAM(F), que é um organismo de integração latino americano, pela USP -- o PROLAM(F) é da USP -- e pela UFRJ, o Instituto de Economia lá da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso resultou num livro que eu levei, para esse período de recesso sem o trabalho de plenário, vamos colocar direito as coisas e foi a minha lição de casa, embora tenha participado de um dia inteiro das discussões lá, já como Deputado, no começo do ano passado, mas não tinha participado do debate, foram dois dias de debate intensos e os resultados aqui estão. Há muita coisa para se dizer aqui, porque, inclusive, esse trabalho, ele contava com, assim que a assessoria -- eu acredito que o Presidente poderia propor que o Ministério do Trabalho está distribuindo esse livro -- que todos nós recebêssemos e a assessoria de cada parlamentar pudesse analisar essa questão -- por exemplo, tem todo um artigo aqui, mostrando a viabilidade desse governo ter dobrado o salário mínimo como proposta. Vale pelo que os técnicos, professores, que apresentaram aquela proposta mostraram quais os argumentos que tinham naquela situação de início de governo, que foi escrito em 2003, o seminário foi no começo de 2005, se eu não me engano, então foi escrito entre 2003 e 2004, mostrava até isso. Hoje, lógico, olhando depois da obra pronta e da situação brasileira manifesta, a gente verifica que também ali era quase uma forma de instrumentar o governo para como que ele poderia fazer para dobrar, no seu mandato, esse governo, para dobrar, no seu mandato, o valor real do salário mínimo. Coisa que eu acho que está afastada de consideração. Bem, agora, o que me chamou mais atenção é o seguinte: O problema, quais os dois grandes problemas que são apresentados com relação ao salário mínimo? E muitos de nós, não é Paim, estamos nessa luta, a séculos [inaudível] [risos], em termos literários, há séculos nessa luta. Mas eu dizia, assim que saí do Ministério do Trabalho, que eu tentei uma proposta de colocar no prazo a recuperação do salário mínimo. Naquela época a idéia era chegar a cem dólares, estava sessenta e seis dólares -- [inaudível]. Não, já passou, mas se a taxa de câmbio for para o que deveria ser, estaria em três reais, o problema que tem uma política financeira e como trabalha com isso, estaria nos cem dólares. -- Depois eu tinha, como proposta, nós chegarmos ao salário mínimo do Mercosul, porque, na época, a Argentina pagava o dobro do Brasil, hoje eu não tenho aqui os dados da Argentina, mas sei que Paraguai paga bem mais, Venezuela paga quase quinhentos, o equivalente a quinhentos reais. Bem, tem esses dados todos de comparação. Por que nós estamos trabalhando com salário que é o principal da estruturação no mercado de trabalho. No Brasil isso deixou de ser realidade, principalmente porque, do jeitinho brasileiro, nós criamos vários salários mínimos que são os pisos salariais das categorias. Então o trabalhador não é um grande aliado na questão do salário mínimo, porque ele ganha seiscentos reais, novecentos reais, como salário piso da sua categoria. Foi um esforço muito grande fazer transformar a luta do salário mínimo numa luta que não seja só de um mês, um mês por ano se reúne, se briga, se xinga e se apresentam novas propostas. Bem, mas então, para estruturar um mercado de trabalho no Mercosul, o outro seria o salário mínimo do Mercosul. Depois seria o salário, vamos dizer, ibero americano, porque o salário, o equivalente do salário mínimo da Espanha está por volta de uns setecentos, setecentos e cinquenta reais. Então, seriam degraus e teria relação, principalmente, na estruturação do mercado, pensando nos nossos concorrentes, já que vivemos numa sociedade capitalista. Bem, esta foi uma proposta, o primeiro degrau foi superado, mas não se tem o segundo degrau para, claro, aonde, para onde a gente deveria caminhar. Pode, não necessariamente, precisa ser essa idéia, primeiro, porque a questão do dólar já deixou de ser referência e não era referência por ser dólar, era para ter, efetivamente, a questão do primeiro degrau. Então, uma das coisas importantes é essa. Agora, as dificuldades. Uma, que tem sido colocada, é a questão da Previdência. Ela tem que ser uma saída num novo mecanismo de financiamento da Previdência, não tem isto aí, nós não vamos massacrar os nossos idosos fazendo essa desvinculação entre o salário mínimo e o piso mínimo da Previdência. Isso é fazer o que foi feito com o projeto de unificação do salário mínimo. O projeto de unificação do salário mínimo --

[tumulto]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para te interromper, um pouquinho, numa parte aí, me parece que este é o ponto nevrálgico da questão. Se nós continuarmos com o salário mínimo ainda servindo de indexador, não há solução possível, a curto prazo. É muito difícil enfrentar essa questão de que, realmente, reajustar aposentadorias abaixo do que se reajustaria o salário mínimo, mas é uma questão que nós temos que enfrentar, ela é impopular, nós nos acostumamos a ter pessoas que ganhavam dez salários mínimos, cinco salários mínimos, seis salários mínimos, é normal nós encontrarmos aposentados que dizem assim: "Eu ganhava dez salários mínimos, hoje estou ganhando só sete". Mas, na verdade, o aposentado tem que receber o salário que tinha na época da aposentadoria, corrigido pela inflação, digamos para ser mais claro, isto é que tem que ser. Ele não tem que ter ganho real, quer dizer, o ganho real é para a gente conseguir levantar a base. Se nós formos, realmente, sempre com essa realidade de hoje, me desculpe, mas nós não vamos conseguir. Aí o custo é extremamente elevado. Eu sei que é impopular, eu sei que é difícil dizer isto, "não, nós vamos, o salário mínimo vai ser maior do que o que o aposentado está recebendo". Mas se o aposentado tiver um reajuste igual à inflação, está mantido o poder de compra dele. Agora, você elevou o salário mínimo porque existe uma política de melhoraria do salário mínimo. Não sei, acho que essa, me parece, que nós não vamos conseguir sair disto. Até hoje, olha, nós já estamos com 11 anos do fim do plano real, até hoje, por exemplo, na área rural, é impressionante. A área rural, o que este pessoal ganha é em salário mínimo. É dois salários mínimos e meio, não adianta, o sujeito que ganha dois salários mínimos, o capataz, o outro ganha, o caseiro ganha dois salários, dois e meio, o outro ganha três, é assim, vai tentar pagar para o sujeito, não eu vou reajustar, mas o... Não, não, não. O senhor combinou comigo foi três salários mínimos. E isso continua.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Está certo. Bem, tem essa questão, eu não estou preocupado, quer dizer, quando eu estou falando a questão da Previdência, é a questão do piso da Previdência, ninguém pode ganhar menos do que um salário mínimo. Quando se fala em desvincular, é que existiria um salário previdenciário menor do que o salário mínimo. Essa é uma proposta que, em outras economias, isso aconteceu, aconteceu na França. Aconteceu em outros países. Agora, no caso brasileiro, a nossa Constituição foi explícita e eu acho que não é o caso de mexer aí, principalmente por que nós estamos tratando de um salário que seria de sobrevivência e que não é um salário de sobrevivência. Afortunadamente, ele tem aumentado. Mas, para terminar. Há dois, eu dizia, dois problemas, um é esse. Existe uma discussão grande sobre isso, eu acho que só se resolve mudando a forma do pagamento dos encargos previdenciários, do recolhimento dos encargos previdenciários. Nós estamos atrasadíssimos nisso. E a outra questão que se tem, é a questão dos municípios. Quem, hoje, é contra uma progressão no aumento, no reajuste mais acelerado da base salarial, onde a gente encontra mais resistência é, exatamente, nas prefeituras que não estão preparadas para isso. Da maneira como --

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Barelli, me permite um apartezinho? Até por que eu quero ser fiel àquilo que eu tenho dito. Claro que há divergências sobre a formulação ideal de uma política de salário mínimo, nós todos vamos ter a oportunidade de explicitar, aqui, no debate que vamos ter, tenho certeza, no mais alto nível. Mas eu vou falar algo, por que eu tenho falado publicamente, na história das prefeituras. Claro, é muito no debate político, mas eu gostaria que cada Prefeito. -- Que toda vez que tem o debate do salário mínimo, ele vem, radicalmente, contra o aumento do salário mínimo. -- Que eles também, na época eleitoral, dissessem, quando ele é candidato a Prefeito, que ele dissesse: Olha, eu me comprometo que eu vou me eleger e vou trabalhar para que o salário mínimo dos eleitores não aumente. Prefeito nenhum diz isso. Depois que está eleito, lá pela metade, no ano, na véspera da eleição ele começa a bombardear o salário mínimo. Por isso que eu acho que tem que fazer o debate. Na abertura eu pedi, inclusive, que nós convocássemos o Presidente da... É Associação? [inaudível] Dos Municípios do país, que é do Rio Grande do Sul e que ele é o que mais bate. Mas eu não estou nem aqui fazendo nenhum ataque político a ele, por que eu acho que é bom por que ele assume as posições sempre, sempre. Mas é interessante que a gente desmistifique isto, para ter clara essa questão dos pequenos municípios, porque todos os Prefeitos, eu tenho certeza que, na época da disputa

eleitoral dos municípios, eles nunca irão dizer que, uma vez eleito, me comprometo para lutar contra o aumento do salário mínimo. Então, esse é um debate que tem que ser feito na transparência para que, efetivamente, o Tarcísio até levantou uma proposta, quem sabe, de um fundo, enfim, algo que está surgindo, para que este debate, a gente possa daí aprofundar. Mas vou deixar tu concluir, que daí eu vou tentar encaminhar uma proposta de organograma de trabalho para nós.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Não, mas é exatamente isso, se essa comissão quiser ter sucesso, ela tem que trabalhar na... entre aqueles que não querem aumento do salário mínimo. Na maioria dos Estados, por exemplo, essa audiência a ser feita em São Paulo, é só para conseguir apoio para um aumento do salário, de uma proposta de aumento. E, certamente, não será tão concorrida, porque não é problema. Se a gente verificar, regionalmente, como se distribuem os pagamentos do salário mínimo, as regiões mais industrializadas saíram do salário mínimo, porque não permitiram que aquela queda violenta, imposta no regime militar, acontecesse com todos os salários. O salário que ficou... Congelado foi o salário mínimo, depois o do servidor público. São os dois grandes sacrificados dessa República. Agora, os dois, as duas questões maiores são: Resolver do ponto de... Quem vai ficar contra, quem vai falar contra, quem vai buscar editorial para dizer, não, é, esse pessoal é maluco, estão pensando que aqui é a Venezuela, que se pode pagar quinhentos reais de mínimo, estou, lógico, dramatizando, mas vão ter coisas desse tipo. Agora a nossa comissão é uma comissão mista, séria, então precisa debater e, efetivamente, nessas causas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, pelo que eu consegui anotar, enfim, assimilar até o momento, há consenso aqui nos encaminhamentos. Nós vamos ouvir todos os setores da sociedade, vamos convidar, também, os setores intelectuais, enfim, que tem estudos, também, nessa área. Para mim, nesse momento, vamos ouvir o Governo, naturalmente, Prefeitos, Governadores e vamos discutir se vão, ou serão mais do que cinco regiões, que já foram explicitadas aqui, o que eu me comprometo é o seguinte: Mediante a este entendimento que eu percebi que é possível, na próxima reunião que nós vamos marcar, eu traria já o organograma como proposta. São cinco regiões, primeiras, qual a data, qual o mês e vamos discutir. As audiências públicas aqui, também eu traria uma proposta para submeter ao plenário, de qual é a data, é essa, não é, enfim, não houve estudo, eu trago uma proposta para nós votarmos se todos concordarem ou alteramos ali e, dali para a frente, o que vale é aquela. O que eu gostaria de, nessa primeira reunião, a partir de hoje, a primeira audiência pública, nós definirmos hoje, que além de eu apresentar um organograma, que não seja uma reunião de novo só para discutir o organograma. Que, já na próxima reunião, nós tivéssemos alguns convidados. Por exemplo, eu vou dar por exemplo, não é que tenha que ser isso. Eu acho que a questão dos aposentados é um debate que nós vamos ter que enfrentar e eu vi aqui que, só rapidamente, que houve o problema. Nem que a gente convoque os representantes dos aposentados num dia e, quem sabe, no outro dia a Previdência, não sei, estou apenas citando. É fácil de trazê-los. Se nós marcarmos aqui, hoje, que vamos, na primeira audiência, ouvir os aposentados, a gente pode marcar o dia da semana que vem, já, e eles virão. Estou dando um exemplo, só. Pode ser, não ser os aposentados também.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Senador, eu, a partir da lembrança de que o Executivo tem uma comissão equivalente a esta, talvez para que nós pudéssemos, inclusive, porque nós não precisamos andar em vias diferentes, nós podemos andar paralelamente, mas de forma mais articulada. Talvez a primeira, pudesse ser, inclusive, para que a gente ouvisse, do Executivo, qual é o seu, qual é a sua estratégia, qual é a sua estratégia. E, talvez, essa preocupação que eu levantei aqui e que o Deputado Barelli também abordou, sobre a necessidade de consolidar alguns estudos, pudesse ser, inclusive, uma demanda da nossa comissão a ser levada ao Executivo e um compromisso firmado, pelo Executivo, de realizá-la, por que ele tem mais instrumentos para isso do que nós, ele tem mais possibilidades de fazê-lo. Então, eu queria sugerir, talvez, que nós pudéssemos convidar, como primeira audiência, o

Executivo, para que eles pudessem expressar aqui, deve ser o Ministro Marinho o titular dessa, o líder dessa comissão, para que ele pudesse expressar aqui qual é a estratégia desta comissão formada no Executivo e que nós pudéssemos compartilhar algumas preocupações, que eu acho que tem aqui, aqui tem experiências ricas, aqui no Parlamento, que podem ser importantes para que nós pudéssemos... Porque se nós pudermos andar mais ou menos juntos, acho que a vida fica melhor para todo mundo, fica mais possível de que a gente venha a ter um resultado objetivamente positivo. Então queria te propor isto, Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está. O que eu estou tentando aqui, alinhar, não sei se todos entenderam, na próxima reunião eu trago toda uma programação, mas eu queria que nós decidíssemos hoje quem nós ouviríamos na próxima reunião. Então está em debate, está em debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem a palavra o Deputado.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): [inaudível] a posição do Deputado Tarcísio e acho que ele não quis ainda externalizar os assuntos da comissão chamando as centrais sindicais, preferiu fazer uma discussão mais próxima aqui quando chamou o Executivo antes da gente partir para discutir com a sociedade de forma mais ampla. Mas eu acho que antes do Executivo eu acho que poderia ter uma discussão interna aqui na Casa. Você falou numa subcomissão, está em andamento essa subcomissão?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Não, teve uma comissão de trabalho no ano de 2004 e depois ela parou, paralisou, porque elas têm vida, digamos assim, determinada, mas já teve antes uma outra, coordenada pelo, creio que foi por V. Exa., Senador Paim, então teve várias. Esse é um assunto um pouco recorrente aqui, se nós recuperarmos só o que tem de acervo aqui já é muita coisa, tem muita coisa aqui na Câmara já construído.

DEPUTADO BETINHO ROSADO (PFL-RN): Relatores de projeto que estão em andamento que falam a respeito do reajuste do salário mínimo, talvez essa pudesse ser a nossa primeira audiência. Discutir com a Casa, como é que andam as coisas, como é que este assunto está andando dentro do Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, essa é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Rodolfo Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO, PFL/BA: Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, eu entendo que nós precisamos focar essa questão do salário mínimo nas coisas, digamos assim, que são verdadeiras, que tem que ser discutidas, como propõe o Senador Paulo Paim e trago aqui hoje uma nota que saiu no Estado do São Paulo, onde o senhor Ministro do Trabalho propõe que os Estados renunciem a parte dos recursos da Lei Kandir para bancar o salário mínimo. Eu acho que esse não é o caminho da discussão, esse não pode ser o caminho da discussão. Mesmo porque e lamentavelmente o governo não tem entendido isso, nem esse governo, nem outros governos, que esta questão, só que hoje o problema é maior, por que o volume das exportações está muito maior, que essa questão dos créditos de exportação para os exportadores que são geradores de divisas para o país e criadores de emprego, esse é um problema muito sério hoje e que não vem sendo atendido pelo governo. Cada vez, mais o governo tem procurado restringir esses valores da chamada Lei Kandir ou daquilo que deve ser devolvido das exportações e, sobretudo, por que, se os Estados não tiverem interesse na exportação, a tendência, a longo prazo, é que você tenha uma queda na exportação. Hoje eles já não têm, a verdade é essa, porque eles não recebem nada por isto, eles têm que bancar, inclusive, créditos do ICMS, sobretudo quando a exportação, dentro da exportação tem componentes que vem de outros estados e isso é um assunto extremamente importante. Então o caminho de se buscar recursos para o aumento do salário mínimo não é esse, então é focar logo nisso que eu acho que é um erro do governo isto. O outro erro é tirar, também, tentar buscar na classe média, a mais sacrificada de tanto tempo, os recursos para bancar o salário mínimo através da não correção da tabela do Imposto de Renda. Então eu entendo, Senador Paulo Paim, que

essa proposta de discussão destas audiências públicas que aqui devem ser feitas, eu acho que são importantes, na medida em que são fundamentais para se viabilizar esse aumento do salário mínimo, que eu sou até favorável ao valor maior do que trezentos e cinquenta reais e eu acho que o caminho tem que ser o caminho prático como, aliás, V. Exa. sempre coloca as coisas. Muito Obrigado.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica, eu vou só fazer um comentário rápido. Eu quero, também, tentar aqui, como Relator, sugerindo a próxima fala, que a gente também não pode perder aquilo que eu chamo, um pouco, o trem da história. Queiramos ou não, há um debate aí do salário mínimo dia 1º de maio e essa comissão terá que se posicionar. Não é o nosso objetivo principal, eu concordo com o Barelli e com todos que falaram, é a política a longo prazo, mas, se existe uma comissão especial para o salário mínimo, ela terá que se posicionar e aí, por isso que eu estou insistindo muito que a próxima reunião tem que ser uma reunião, uma audiência pública, ou com o governo, ou com os aposentados ou com as centrais sindicais. Eu até iria mais além, tudo bem, vamos convidar o governo, mas se o governo disser: Ah, nesse eu não posso. Tudo bem, então nesse vêm os aposentados ou vêm as centrais sindicais. Que nós deixássemos, aqui, uma linha de preferência, eu quero apenas sugerir, está entendendo, Barelli, na próxima reunião, é o Ministro Marinho, mas o Marinho disser, olha eu estou com um problema de agenda, eu estou apenas, posso eu estar no lugar dele, como exemplo, não, mas essa semana eu não posso. Bom, então nós vamos convidar os aposentados para discutir o impacto do salário mínimo na vida dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Aqui eu quero dizer bem claro que eu trabalho com a palavra 22 milhões, eu não trabalho com a palavra 9 milhões, por que nós sabemos muito bem e aqui o debate já aconteceu indiretamente, que o salário mínimo é referência, é referência hoje para os aposentados e pensionistas. E nós vamos ter que enfrentar esse debate. Queiramos ou não, nós vamos enfrentar um bom debate para ver o que a gente pode construir. Aí vamos pegar um pouco da retrospectiva histórica dos últimos dez, quinze anos, de como é que foi o reajuste do salário mínimo que dá um belo debate também não só atual, mas no passado, vinculando, também, aos aposentados. Então esse debate nós vamos ter que fazer. Então eu quero só insistir, qual será, da semana que vem, a data adequada e nem que nós botássemos uma ordem de preferência, eu até concordo, por exemplo, é a comissão do salário mínimo capitaneada pelo Marinho? É. Mas se ele não puder, quem vem? Aí nós vamos, aí, as centrais ou nós vamos para os aposentados. Está aberto o debate, Presidente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu não quero colocar proposta nova, não, quero apenas me posicionar em relação às propostas já colocadas. Acho que essa segunda fala do Senador Paim, ela resgata o objetivo maior. Acho que não é contraditório, inclusive, com a proposta, com outras propostas aqui apresentadas. Em relação ao que a Câmara ou ao que o Senado vem desenvolvendo sobre o salário mínimo, a gente pode trabalhar permanentemente, solicitar nossas assessorias, solicitar a assessoria da comissão que façam o levantamento, que busque o livro resultado, fruto, do seminário importante realizado e organizado pela Unicamp e que nos repasse isto imediatamente. Entretanto, eu concordo com o Senador Paim, nós temos, sim, que começar a discussão por aí. Nós estivemos eu, Deputado Tarcisio Zimmermann e outros Deputados, participando de uma das reuniões das centrais sindicais com o governo. Tomamos a iniciativa de irmos participar daquela reunião. Agora, devemos trazer o debate para cá, devemos trazer o governo para cá e eu vou mais além, eu concordo com a proposta de V. Exa., tem que vir o governo. É a comissão do salário mínimo, mas é a parte que decide da comissão. Não adianta eles mandarem vale(F), não estou aqui diminuindo a participação de membros da comissão, agora nós sabemos como é que funciona uma comissão e quem determina as questões na comissão. Por isso que eu apenas adendo, acho que tem que vir o Ministro Marinho e tem que vir o Ministro Paulo Bernardo, também, no mesmo tempo, no mesmo tempo, ao mesmo tempo, para debater isso aqui conosco. E se eles não puderem, V. Exa. levanta a possibilidade de substituí-los, é isto? Se eu bem entendi. Substituir para não perder tempo. Concordo também. Mas acho que semana que vem nós temos que ter um encontro com esses dois Ministros, ou numa audiência pública aqui, ou nós indo lá e o que não diminui a necessidade e nem retira a necessidade da audiência pública aqui. Mas se eles não tiverem audiência para

participar aqui de uma reunião, de uma audiência e tiverem um minuto para nos receber, cinco minutos, dez minutos, a nós os parlamentares, por que qual é o nosso objetivo? O objetivo é reforçar o pleito dos trabalhadores ou alguém aqui é contrário a isso? É reforçar o pleito que não está decidido ainda não, eu acho que nós temos que fazer o nosso papel, nós temos que dar a nossa colaboração nesse processo. Então concordo com o Senador Paim, com o Deputado Zimmermann e faço apenas este adendo, eu acho que nós temos que estar com esses dois Ministros o mais rapidamente possível e se for o caso, imediatamente chegar ao Palocci, se a gente ver que o negócio não está tão fácil, não está tão tranquilo, vamos ao Ministério da Fazenda, nós não podemos aprovar um orçamento que não contemple um reajuste significativo do salário mínimo, é trezentos cinquenta que as centrais apresentaram e o governo está concordando? Não, eles já retiraram quatrocentos há algum tempo e já passaram para duzentos e sessenta e já estão negociando os trezentos e cinquenta. A polêmica agora é o prazo.

>> É antecipar.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente, é se antecipa ou se não antecipa. Eu acho que nós temos que nos, intervir nesse debate procurando ajudar os trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor presidente, para ser bem objetivo e ajudar no encaminhamento, eu proporia que V. Exa., em primeiro lugar, colocasse em votação, se assim o plenário entender e Vossa Excelência, qual o dia da semana que vem que nós vamos nos encontrar novamente? Por quê? Levando em consideração que tem todo o trabalho das CPIs e, conseqüentemente, alguns parlamentares estão envolvidos. Então, qual o dia em que nós nos encontraremos? Segundo, seria a votação já da convocação do governo, de preferência, de forma preferencial, esses dois Ministros. Se eles não puderem, por nenhum motivo, nós vamos manter a audiência pública aqui, convocando, então, ou centrais sindicais ou aposentados, para que venham debater o tema do salário mínimo. E, nesse dia, eu apresento, como eu vinha dizendo, vou conversar, naturalmente... Quando eu digo apresento, pessoal, deixar bem claro que eu vou conversar com os meus parceiros de Mesa aqui, eu não vou vir com uma proposta, aqui, só da minha cabeça. Eu vou conversar com o Barelli, com o nosso Jackson, Presidente, para que a gente, a Mesa apresente uma proposta de organograma. Vamos tentar marcar, primeiro, qual é o dia da semana que vem e daí a gente vai matando por etapa, qual o dia melhor para a gente se encontrar, Presidente?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão. Um dia pode, até, não ser o dia normal de funcionamento da Casa, mas a nossa sugestão seria o dia de segunda-feira. Eu acho que seria o dia melhor em função dessas CPIs que estão aí funcionando todas, a comissão se reunir na segunda-feira, eu acho um dia bom e onde a gente pode, inclusive, dar uma contribuição maior aos trabalhos aqui do Congresso e da própria Câmara. Aqui todos estamos envolvidos em diversas comissões. É uma sugestão que faço como Presidente. Mas coloco à disposição dos companheiros.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E outra sugestão que seja colocada rapidamente a gente vota aí pessoal, sem nenhuma polêmica maior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Segunda-feira, às dez horas da manhã, seria a nossa proposta.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu vou, eu só quero apresentar outra sugestão, de terça-feira. Porque nós temos trabalho efetivo nos nossos Estados e, se a gente marcar reunião para cá na segunda-feira, quando é que nós estaremos nos Estados? Quando nós vamos reunir com as pessoas, com os trabalhadores, porque esse debate vai ser feito aqui e vai ser feito lá também. Então acho que segunda-feira, eu estou sendo um pouco mais realista, acho que dificilmente a gente alcançaria quorum para segunda-feira pela manhã. Então trocaríamos, a minha sugestão é trocar segunda pela manhã pela terça, terça de tarde, geralmente a ordem do dia da Câmara começa às dezesseis, é o que o Deputado Tarcísio está sugerindo à tarde. A ordem da Câmara começa as dezesseis, eu não sei do Senado que horas começa?

>> Também é dezesseis.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Dezesseis? Então poderia ser as treze horas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão, sendo terça às dez horas da manhã. Porque nós não vamos ter tempo de fazer uma discussão mais ampla porque conhecemos o que é o regimento da Casa, no momento em que passa a ordem do dia, suspende as comissões.

[inaudível]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Às dez horas da manhã.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria fazer uma ponderação e uma informação. A ponderação é a seguinte, quer dizer: Não são todos os Deputados que estão com os burros na sombra, como a gente chama lá no Rio Grande do Sul, a vida agora, esse ano, é uma vida complicada, esse ano a gente precisa trabalhar a nossa... Todos somos candidatos, ou a maior parte de nós é candidato e é óbvio que isso passa por uma relação mais epidérmica com a nossa base. Então, eu quero dizer assim, a minha expectativa é de que a gente tenha terças, quartas e quintas a possibilidade de um trabalho efetivo aqui, mas sexta, sábado, domingo e segunda será um trabalho efetivo lá. E nós chegamos aqui, normalmente, nossos vôos às terças-feiras, chegam por volta de dez, dez e meia. Esse é o cronograma que nós dispomos. Por isso que eu digo, acho que para a gente, inclusive não constituir uma situação que possa afrontar a nossa necessidade concreta, que é também essa que eu coloquei, eu acho, não há prejuízo de nós fazermos no início da tarde. Nós teremos mais possibilidades de ter quorum, teremos mais possibilidades de ter todos os parlamentares presentes e de ter um trabalho efetivo nesse sentido. Então, eu insisto com a idéia de que a gente não afronte, nesse ano, uma... Algo que já é instituído, aqui na Casa a gente tem um rito. A segunda questão -

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputado, gostaria de fazer uma sugestão: Em sendo na terça, porque não às onze horas? Justamente para prever este horário de...

>> Nós temos um problema só com aqui no Senado com a comissão de assuntos econômicos é na terça às dez horas, então acaba sendo concomitante um pouco, quatorze horas estaria mais livre, mas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcar.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): E a segunda, a informação que eu queria dar a V. Exas., é que, eu até liguei agora para um dirigente da força sindical, o Juruna, eu não consegui contato com os da CUT, amanhã, às onze horas, vai ter a nova reunião do movimento sindical com o Executivo e onde deve ter a decisão do salário mínimo de 2006. Então, no dia de amanhã, às onze horas é a reunião das centrais sindicais dentro do processo que já vem, aqui a Deputada Vanessa referiu aqui e que deve, então, definir o valor do salário mínimo. E todos nós sabemos, existe já um sensível acordo em torno do valor dos trezentos e cinquenta reais, há, ainda, uma discussão se esse reajuste valeria a partir de janeiro, de abril ou de maio e há uma divergência em termos de percentual de correção da tabela de Imposto de Renda, se é de 7 ou é de 10%. Então esses são os temas e é em torno destes temas deve-se buscar construir um consenso amanhã. Só para que a gente entenda como é o, digamos assim, qual é o calendário, inclusive, em termos de 2006 nós teremos na definição do salário mínimo. Eu queria voltar a insistir, terça às quatorze horas.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, na busca do consenso, claro que muitos são candidatos, eu confesso que eu preferia segunda-feira, por uma série de motivos: Primeiro, não teríamos trabalho de comissão, eu preferia, deixando bem claro a palavra, eu preferia, não teríamos trabalho de comissão, não tem trabalho de plenário, tem como dar uma repercussão maior do nosso trabalho sendo na segunda-feira, eu acho que seria muito bom. Mas considerando o ano eleitoral e eu tenho

convicção da importância da presença da, e eu não sou candidato, ainda mais pensando nisso. [tumulto] Claro, claro...

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Com os burros na sombra como se diz lá no Estado.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Por isto que eu conversava aqui com o nosso Presidente eu acho que o consenso aqui é terça-feira, duas horas da tarde, é isto? Para nós caminharmos. E a segunda deliberação, o Presidente ainda vai botar em votação, é que, então, nós vamos convocar os dois Ministros, se eles não puderem, independente de uma visita nossa, nós convocamos ou os aposentados ou os trabalhadores, pode ser? Presidente se quiser colocar em votação antes que os...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Colocado em... [inaudível] O Senador Paulo Paim. Nada a discutir está aprovado. [tumulto] Tarcisio você não quer vir na segunda?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só antes que o Presidente declare como encerrada, Presidente, eu queria só me reportar aqui, por que eu acho que é importante, independente da reunião de amanhã, quem vai dar a última palavra sobre o valor do salário mínimo é o Congresso Nacional, é nós que vamos votar, conseqüentemente pode, amanhã, surgir uma proposta de acordo que vai ser remetida ao Congresso e essa comissão, para mim, vai ter poder, vai influenciar. Isto, vai influenciar muito na decisão final. Então, independente da reunião de amanhã a proposta vai ter que passar para o debate dessa comissão, enfim, eu acho que nós poderíamos ajudar, ainda, na elaboração do valor do salário mínimo deste ano, como, também, dos próximos anos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às .10 horas e quarenta e nove minutos.